

Terça-feira, 22 de Abril de 2008 - Estrasburgo

A política da China e os seus efeitos em África (debate)

Ana Maria Gomes, relatora . – Senhor Presidente, a procura desenfreada da China por petróleo, recursos naturais e novos mercados em África levanta preocupações sobre o impacto da crescente presença chinesa naquele Continente e respectivas consequências para as políticas europeias. A Europa não pode embarcar no exercício de apontar o dedo à China por medo, nem pode alinhar numa competição sem princípios evitando métodos e critérios de interesse próprio de Beijing. Tanto a Europa como a China têm a obrigação de contribuir para a realização dos objectivos de desenvolvimento do Milénio: a redução da pobreza e a resolução dos conflitos em África. Ambas têm que assumir que só através da promoção do desenvolvimento sustentável e da boa governação é que os seus próprios interesses e investimentos podem ser sustentáveis e vistos como legítimos em África.

Neste relatório tentamos analisar a presença da China em África de forma objectiva, reconhecendo tanto os impactos positivos como os negativos. Na base de várias recomendações específicas para a acção há duas mensagens políticas-chave: primeiro, a UE precisa de dar uma resposta coordenada aos desafios suscitados pela política chinesa, supostamente não condicionada. Essa resposta não pode desistir dos princípios europeus. A UE deve continuar fiel à política de cooperação para o desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à condicionalidade relativa aos direitos humanos. Porque sem respeito pelos direitos humanos não pode haver boa governação e sem boa governação, e o Estado de Direito que ela implica, não haverá desenvolvimento sustentável em África ou em qualquer outra parte do mundo. Segundo, a Europa deve envolver a China na discussão das respectivas políticas africanas, mas esta cooperação não pode, obviamente, ter lugar por cima das cabeças dos africanos. Este envolvimento trilateral requer um apoio adequado ao papel a assumir pelas instituições africanas, como a União Africana, a NEPAD, outras instituições regionais e governos e parlamentos nacionais. A Europa deve, por isso, aumentar o seu apoio ao reforço das sociedades civis africanas para impulsionar a prestação de contas pelos respectivos governos.

Neste relatório recomendamos à UE que não perca oportunidades para falar de forma franca com a China, ou sobre a China em África, nomeadamente quando tal implicar críticas privadas ou públicas. A China quer ser vista como um actor responsável em África, mas frequentemente invoca a retórica da não interferência para tentar justificar acções inaceitáveis, como a continuada complacência para com o bloqueio pelo regime sudanês, do envio de uma força híbrida ONU-União Africana - que há muito devia estar no Darfur - ou o seu mais recente e revoltante envio de armas para o regime de Mugabe num navio que está a ser - e muito bem - impedido de desembarcar pelos países vizinhos do Zimbabué. Tudo o que a China faz em África tem, na realidade, um impacto político, seja ele positivo ou negativo.

Terça-feira, 22 de Abril de 2008 - Estrasburgo

Por outro lado, a China mostra ser uma potência pragmática, que aprende depressa. É, por isso, crucial que a Europa não se demita de fazer compreender a Beijing que aquilo que se espera de um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, como a China, é, de facto, contribuir para a promoção dos princípios e objectivos das Nações Unidas.

Neste relatório propomos que a UE encoraje a China a aumentar a participação em reuniões multilaterais de doadores e a adoptar critérios e orientações específicas, internacionalmente aceites, respeitantes à transparência da ajuda, às indústrias extractivas, à boa governação, à protecção ambiental, aos direitos laborais, etc., no sentido de assegurar, em África, que contribui realmente para a redução da pobreza, os objectivos de desenvolvimento do Milénio e a promoção da paz e da segurança.

Mas a Europa deve também olhar-se ao espelho e aprender com os próprios erros e insuficiências quanto a África. Os Estados-Membros precisam de cumprir as promessas de ajuda pública ao desenvolvimento e uma ajuda reduzida e objectivos por atingir apenas contribuirão para realçar o mérito da China ao disponibilizar rápidos financiamentos a África. A Europa deve melhorar a eficácia da sua ajuda e garantir a coerência entre as suas várias políticas e isso implica parar de ignorar os crimes cometidos por certos regimes opressivos africanos, com quem continua a tratar, como usualmente, em gritante contradição com os seus critérios e princípios proclamados.

A terminar, Senhor Presidente, queria agradecer a excelente colaboração que recebi dos relatores-sombra e de outros colegas, cujas alterações muito contribuíram para enriquecer este relatório. Espero que amanhã se continue a reunir um amplo consenso, tanto mais que são poucas as alterações a votar. Eu própria apresentei três alterações: duas envolvem pequenas correcções e a terceira é para reafirmar a posição do Parlamento Europeu, pedindo que o Código de Conduta da União Europeia sobre a exportação de armas se torne legalmente vinculativo, evitando assim que o actual parágrafo 62 repita o apelo já contido no parágrafo 66.